



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ALINE SOBRAL LARA

**"CATADORAS DE LIXO?": NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS,
PERIFÉRICAS E CATADORAS DE RECICLAGEM DA GRANDE SÃO PAULO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

ALINE SOBRAL LARA

**"CATADORAS DE LIXO?": NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS,
PERIFÉRICAS E CATADORAS DE RECICLAGEM DA GRANDE SÃO PAULO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

L325c

Lara, Aline Sobral.

“Catadoras de lixo?” : narrativas de mulheres negras, periféricas e catadoras de reciclagem da grande São Paulo / Aline Sobral Lara. - 2025.

47 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero.

1. Negras - São Paulo (SP) - História. 2. Catadora de material reciclável.
3. Indústria de reciclagem. 4. Mulheres - Identidade. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 305.56098161

ALINE SOBRAL LARA

**"CATADORAS DE LIXO?": NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS,
PERIFÉRICAS E CATADORAS DE RECICLAGEM DA GRANDE SÃO PAULO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Data de aprovação: 13 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo (Examinador interno)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Eliane Costa Santos (Examinadora interna)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Nanci Darcolete (Examinadora Externa)

PimpMy Carroça

Dedico estas cirandas a todas as mulheres
negras catadoras de reciclagem das
periferias do Brasil.

AGRADECIMENTOS

À Exu, por essa Sankofa que me trouxe para as terras de Mainha e por abrir meus caminhos para essa graduação.

Às interlocutoras, catadoras e catadores de materiais recicláveis em Pindorama.

À Vovó Maria Conceição Sobral. A bença, Vovó? Nossa mais velha, nós somos porque a senhora é. Todas nós sentimos sua falta.

À Mara Lucia Sobral Santos. A bença, Mainha? A filha do arco-íris, mãe forte que me pariu, revolucionária, rígida, cuidadosa, amorosa, minha fortaleza que tornou tudo isso possível e nunca desistiu de mim. Todos esses corres são pela senhora.

À toda família Sobral: nós somos a resistência. À Enzo Karin, pelo afeto e companheirismo.

Às minhas amigas e amigos: Nzambi Apongo, Sanzia Regina, Wanderson, Macaulay Pereira, Carolaine Barbosa e Gileno Gierlan. Nossos caminhos se cruzarem foi um presente.

Aos Erês: Ravi, Kayre, Zamani, Iris, Kaynan, Clarice, Pedro e Lorenzo. Vocês são toda a minha esperança materializada.

À Kambelacidongo, mãe atenciosa que cuida da nossa família.

Às Mestras e Mestres dos saberes: Dona Joca, Dona Domingas, Monza Calabar, Vovó Julieta, Jorge Rasta e Carolina Barros. Vocês plantaram no meu quintal; hoje sou flor.

Às cooperativas: Granja Julieta: nossos valores, Bem do Planeta e à Coreso pela formação e pelos garimpos.

À Professora Doutora Fanny Longa Romero, pela paciência e orientação.

À UNEAFRO, instituição preta de trabalho de base e ensino que me fortaleceu e me alimentou para que pudesse concluir o ensino médio. Sem vocês, nada seria possível.

Agradeço a todos os povos pretos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e periféricos.

A lista é imensa e certamente não se encerra aqui, por isso, agradeço a todas as pessoas envolvidas nesse processo.

UBUNTU!

“O conhecimento pode nascer do chão da vida”.

(Nanci Darcolete)

RESUMO

O presente estudo discute as experiências e narrativas de mulheres negras, periféricas e catadoras de materiais recicláveis da Grande São Paulo, evidenciando seus modos de vida, percepções sobre catação, identidade e protagonismo socioambiental. A pesquisa tem como objetivo registrar as vivências dessas mulheres a partir do trabalho com a reciclagem. A investigação adota uma abordagem qualitativa, com base na etnografia digital e em entrevistas semiestruturadas realizadas via *WhatsApp*, fundamentando-se em referenciais teóricos decoloniais e feministas negras, como Carneiro (2005), Evaristo (2020), Gonzalez (1984) e hooks (2013). As análises indicam que a catação não é apenas um meio de geração de renda, configurando-se também como prática política de emancipação e de luta por acesso a direitos nos territórios periféricos.

Palavras-chave: negras - São Paulo (SP) - história; catadora de material reciclável; indústria de reciclagem; mulheres - identidade.

RESUMEN

El presente estudio analiza las experiencias y narrativas de mujeres negras, periféricas y recolectoras de materiales reciclables de la Gran São Paulo, poniendo de relieve sus modos de vida, percepciones sobre la recolección, identidad y protagonismo socioambiental. La investigación tiene como objetivo registrar las experiencias de estas mujeres a partir del trabajo con el reciclaje. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en la etnografía digital y en entrevistas semiestructuradas realizadas a través de WhatsApp, basándose en referencias teóricas decoloniales y feministas negras, como Carneiro (2005), Evaristo (2020), Gonzalez (1984) y hooks (2013). Los análisis indican que la recolección de residuos no es solo un medio de generación de ingresos, sino que también se configura como una práctica política de emancipación y lucha por el acceso a los derechos en los territorios periféricos.

Palabras clave: mujeres negras - São Paulo (SP) - historia; recolectora de materiales reciclables; industria del reciclaje; mujeres - identidad.

ABSTRACT

This study discusses the experiences and narratives of black women living in the outskirts of Greater São Paulo who collect recyclable materials, highlighting their ways of life, perceptions of waste collection, identity, and socio-environmental activism. The research aims to record these women's experiences based on their work with recycling. The investigation adopts a qualitative approach, based on digital ethnography and semi-structured interviews conducted via WhatsApp, grounded in decolonial and black feminist theoretical references, such as Carneiro (2005), Evaristo (2020), Gonzalez (1984), and hooks (2013). The analyses indicate that waste picking is not only a means of generating income, but also a political practice of emancipation and struggle for access to rights in peripheral territories.

Keywords: black women - São Paulo (SP) - history; recyclable material collector; recycling industry; women - identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ABREMA	Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CENTCOOP-DF	Central das Cooperativas de Recicladores do Distrito Federal
CNUMAD	Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DF	Distrito Federal
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagens
MNU	Movimento Negro Unificado
NT-MTST	Núcleo de Tecnologia do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
SEMUC	Secretaria Estadual das Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo
SINTRACOOP	Sindicato dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Distrito Federal
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ENTRE OS ESTILHAÇOS DO CAPITALISMO NAS PERIFERIAS E A CATAÇÃO DE RECICLAGEM	19
3	O QUE NOS DISSE “O QUARTO DE DESPEJO”? ESCRIVIVÊNCIAS E CRÍTICAS SOCIAIS	23
3.1	A IMPORTÂNCIA DE INCLUIR OS CATADORES E AS CATADORAS COMO PARTE DO POVO BRASILEIRO - ALINE SOUSA	26
3.2	EU SOU UMA MULHER NEGRA E CATO RECICLAGEM: UMA CONVERSA SOBRE GÊNERO E TRABALHO – MARA LÚCIA SOBRAL SANTOS	30
3.3	ALIANÇAS E CONEXÕES: EU ACREDITO NA CATAÇÃO COMO UM PROCESSO PEDAGÓGICO - REGINA LÚCIA DOS SANTOS	33
3.4	PARA BILIONÁRIOS EXISTIREM, OS CATADORES TÊM QUE EXISTIR - LITZ GOUVÊA	36
3.4.1	Reciclando para as redes	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

“Oh companheira me ajude que eu não posso andar só Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.
(Mestra Joana Cavalcante)

O presente trabalho tem como objetivo registrar as experiências vividas por mulheres negras, catadoras de reciclagem e periféricas na Grande São Paulo, destacando suas narrativas, relações sociais e o trabalho com a reciclagem. Argumentamos que suas histórias e o universo aqui investigados nos permitem aproximar tanto de suas histórias de vida quanto das experiências mitigadoras de redução dos impactos ambientais, danos e perdas causados pelo excesso de produção de resíduos sólidos na cidade de São Paulo.

Nos últimos anos, o tratamento de resíduos sólidos tem sido objeto de diversas discussões e pesquisas no campo das Ciências Sociais (Baquero; Cremomense, 2006; Barbieri, 2007; Barreto, 2004; CNUMAD, 1998; Souza; Fonseca, 2009). Esses interesses decorrem do impacto global das mudanças climáticas e sociais nas últimas décadas, bem como das ações produzidas a partir desse fenômeno.¹ Contudo, observamos pouca ênfase analítica na importância das pessoas, instituições, histórias e narrativas que atuam no enfrentamento dos impactos ambientais, especialmente no que se refere à catção e aos processos de reciclagem nas periferias do país, com recortes de raça, classe e gênero.

Partimos do pressuposto de que mulheres negras, catadoras e periféricas no Brasil desempenham um papel fundamental para compreender esses processos. O protagonismo dessas mulheres, suas ações e a minha própria vivência como catadora fundamentam a escolha desta temática de estudo.

As mulheres negras, no Brasil, constituem uma categoria social e política forjada pelas conexões entre racismo, colonialismo e capitalismo. Nas correlações interseccionadas de gênero, raça e classe, vivenciam uma dupla opressão: por serem mulheres em uma sociedade patriarcal e por serem negras em uma sociedade racista, o que produz formas específicas de subalternização (Gonzalez, 1984). Essa tríade sustenta dinâmicas de exclusão atreladas ao sexismo e a outras desigualdades na formação de identidades. Tais mulheres se autodeclaram e são reconhecidas em termos identitários (Poutignat, 1998), nas categorias raciais estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), como pretas ou pardas, com raízes

¹ Destacamos a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada em 2025, em Belém, no estado do Pará, no Brasil, conhecida como COP 30. Trata-se de um encontro internacional no qual líderes de quase todos os países do mundo se reúnem para negociar ações concretas de enfrentamento ao aquecimento global e discutir soluções para os desafios climáticos do planeta.

na experiência histórica e coletiva de exclusão derivada do processo histórico escravocrata que formou a sociedade brasileira.

A reprodução da força de trabalho, nos processos de acumulação capitalista primitiva, situou o trabalho das mulheres em um escopo de privatização das relações sociais, domesticidade e ocultamento na esfera pública (Federici, 2017). A acumulação intensifica a exploração da natureza e, sobretudo, a exploração de mão de obra de mulheres negras.

De acordo com Aníbal Quijano (2000), a colonialidade do poder explicita como o capitalismo mundial moderno nasceu articulado a uma matriz colonial de dominação que enfatiza as relações entre raça, gênero e divisão sexual do trabalho. A matriz colonial da modernidade configura a raça como instrumento de dominação que, associado às explorações de gênero e de trabalho, funciona como classificador universal no atual padrão capitalista. A colonialidade, portanto, não se refere apenas ao passado colonial, mas a uma lógica que segue estruturando as relações sociais, políticas, econômicas e climáticas no presente.

Como aponta Angela Davis (2016), as mulheres, de modo geral, seguem associadas no imaginário social às tarefas domésticas, vinculadas a “imagens de vassouras e pás de lixos, esfregões e baldes, aventais e fogões, vasilhas e apenas”. Nesse sentido, as mulheres negras vivenciam estruturas desiguais e enfrentam uma representação social que frequentemente as coloca em condições de subalternização, principalmente nas periferias.

No que se refere às mulheres negras da periferia de São Paulo, compreendemos que tais territórios são espaços de exclusão, mas também de resistência, criatividade e produção de saberes. Autoras como Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2005) destacam que é nesses espaços que populações historicamente marginalizadas constroem práticas de sobrevivência e transformam a periferia em lugar de luta e afirmação política. Assim, as periferias configuram-se como espaços de contradição: revelam a violência estrutural do urbanismo excludente e se constituem berços de resistência social, cultural e política.

Quanto ao número de mulheres atuando na catação, de acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2014), 70% dos 800 mil trabalhadores da reciclagem no país são mulheres negras, compondo a maioria da categoria. A partir desse dado, indagamos: quem são essas mulheres e quais suas percepções sobre o trabalho com a reciclagem?

A hipótese desta pesquisa é que mulheres negras catadoras de materiais recicláveis, atuantes nas periferias da Grande São Paulo, desenvolvem conexões e alianças baseadas na coletividade para a promoção da cidadania, do trabalho e do acesso a direitos. Acreditamos que essas mulheres são agentes fundamentais na cadeia da reciclagem, no enfrentamento da

crise climática e das desigualdades sociais.

Para desenvolver o estudo, optamos pela abordagem qualitativa, realizando entrevistas semiestruturadas com mulheres negras catadoras, tendo como demarcadores o ambiente de trabalho, raça, gênero, movimentos na luta socioambiental e suas percepções. O foco se deu nos ambientes digitais, como propôs Débora Leitão (2018), por meio de cenas sociais (Weber, 2009) e da antropologia compartilhada (Gama, 2009). Transcrevi as narrativas a partir das contribuições, matérias, reportagens e imagens enviadas pelas interlocutoras via *WhatsApp*, elementos que, segundo elas, representam suas identidades e trajetórias.

As entrevistas foram realizadas por blocos de perguntas², em diferentes dias e horários, conforme a disponibilidade de cada participante, com o intuito de aprofundar os diálogos, conhecê-las melhor e construir suas apresentações. As transcrições das narrativas ocorreram na condição de translocalidade (Smith, 2001), considerando que estou em processo de formação no estado da Bahia e utilizei as redes sociais para me aproximar de cada contexto social.

O universo de pesquisa envolve quatro mulheres que conheci durante minha atuação como catadora em diferentes cooperativas, espaços educacionais e via *Instagram*, entre 2012 e 2025. Elas se autodefinem como negras e catadoras e são moradoras de distintas periferias da Grande de São Paulo e do Distrito Federal, com foco na primeira região. São elas: Aline Sousa, 36 anos, catadora e moradora do Riacho Fundo II, no Distrito Federal; Mara Lúcia Sobral Santos, 53 anos, minha mãe, catadora e moradora do Jardim Noronha, Grajaú, São Paulo; Litz Gouvêa, 26 anos, catadora do Jardim Santa Ana, zona leste de São Paulo; e Regina Lúcia dos Santos, 72 anos, geógrafa, coordenadora estadual do Movimento Negro Unificado de São Paulo e moradora da Vila Franca³.

A construção da interlocução com essas mulheres ocorreu de forma diferenciada, respeitando marcadores de classe, origem, nível de escolaridade, raça e gênero. As entrevistas semiestruturadas (Quadro 1) contemplaram questões sobre dinâmicas identitárias, trabalho e reciclagem, classe social e origem, organização e ativismo comunitário, formação de cooperativas e processos educativos. Os objetivos do estudo foram: a) transcrever as narrativas das interlocutoras. b) destacar a importância das vivências das catadoras e suas alianças políticas nos espaços periféricos; e c) registrar suas percepções sobre o trabalho com a catação.

² As perguntas foram respondidas majoritariamente por áudios.

³ No que se refere às questões éticas, procuro evidenciar que as interlocutoras, sem exceção e de acordo com a metodologia aqui proposta, já haviam sido informadas previamente sobre a forma de registro e transcrição deste estudo, autorizando o uso de suas imagens e de seus nomes verdadeiros.

Quadro 1 - Tabela de perguntas e dimensões metodológicas

Identificação	Escrevivências e trabalho	Mudanças e perspectivas de futuro	Catção e a noção de lixo
Qual seu nome ou como prefere ser chamada?	Como começou a trabalhar como catadora?	O que mudou desde que passou a trabalhar com reciclagem?	Quando você está trabalhando e as pessoas te chamam ou te identificam como catadora de lixo, como isso soa pra você?
Idade?	O que te levou a escolher ou aceitar esse trabalho?	Você acha que o trabalho das catadoras ajuda o bairro, a cidade, o planeta? Como?	O que é lixo para você?
Bairro ou comunidade onde vive?	Hoje você atua de forma autônoma ou vinculada a uma cooperativa?	Você se sente valorizada pelo trabalho que desempenha?	Você sente que o fato de ser mulher influencia na forma como te tratam no trabalho?
Você pode nos contar um pouco da sua trajetória de vida?	Hoje você atua de forma autônoma ou vinculada a uma cooperativa?	Como catadora, quais são suas perspectivas de futuro para a categoria?	Tem algo que eu não perguntei, mas que você gostaria de falar?

Fonte: elaborado pela autora.

Nosso pressuposto consiste em afirmar que ser mulher negra e periférica é habitar o lugar simbólico e material da racialização e da negação social, mas também da potência de um processo de afirmação identitária e política diante da tentativa histórica de apagamento e desumanização⁴.

Destacamos o movimento formado por trabalhadores que vivem da coleta, tratamento e comercialização de materiais recicláveis. O MNCR é abordado como ator social de extrema relevância na luta política por acessibilidade, na geração de dados e no registro de denúncias realizadas pela categoria no país. Criado oficialmente em 2001, tem como objetivo defender os direitos das catadoras e catadores e promover sua inclusão social e econômica no sistema de gestão de resíduos sólidos.

O MNCR teve papel fundamental na criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e, posteriormente, do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) de São Paulo, analisado aqui como marco legal. Ele também desenvolveu parcerias com governos e instituições para fortalecer a coleta seletiva solidária, a economia circular e contribuir com a sustentabilidade ambiental. O movimento atua de forma autônoma, lutando pelo

⁴ Em 2010, o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 12.288, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Esse instrumento legal possibilita a articulação de estratégias de equidade racial. Historicamente, a lei é fruto da demanda por exigibilidade de direitos da população negra que, por meio dos movimentos sociais negros brasileiros, atua no combate ao racismo estrutural e aos mecanismos de hierarquização desigual da sociedade.

reconhecimento e valorização do trabalho das catadoras e catadores, pela melhoria de suas condições de vida e pela organização em cooperativas, associações e grupos autônomos.⁵

As catadoras e catadores constituem a primeira camada da cadeia de reciclagem, processo dinâmico que envolve desde o descarte de materiais pela população até sua transformação em novos produtos pela indústria. Essa cadeia articula diversos atores individuais e coletivos - serviços públicos, cooperativas, associações, empresas recicladoras, indústrias e, centralmente, catadoras, catadores, sucateiros e carroceiros.

Apesar da importância de seu trabalho, esses agentes são os menos beneficiados nos territórios que ocupam. Isso reforça a necessidade de investigar as imbricações entre gênero, trabalho, raça e classe. As narrativas de catadoras, racializadas na divisão social do trabalho, contribuem para compreender processos históricos, individuais e coletivos analisados neste estudo. Reconhecemos que propor reflexões sobre essas vivências é também um caminho para a justiça ambiental. O conceito de justiça ambiental contrapõe as dimensões ambientais das injustiças sociais e pode ser entendido como um conjunto de práticas que busca promover a equidade ambiental (Acselrad; Herculano; Pádua, 2004).

Buscamos conduzir o processo das entrevistas orientadas pela noção de escrevivência (Evaristo, 2020), voltada aos atos de narrar, contar e às possibilidades criativas de ressignificação das histórias de vida e atuações públicas e privadas no ofício da reciclagem.

Assim, este trabalho, além da introdução e da conclusão, está organizado em três partes. Na primeira seção, *Entre os estilhaços do capitalismo nas periferias e a catação de reciclagem*, abordamos a relação entre capitalismo e trabalho com resíduos sólidos, apresentando os movimentos envolvidos nas lutas sociais e políticas da catação, como o MNCR e a Secretaria Estadual das Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo (SEMUC-SP). Também discutimos algumas definições de racismo, periferia, cadeia de reciclagem e desigualdades direcionadas à categoria.

Na segunda seção, *O que nos disse “o quarto de despejo?”: Escrevivências e críticas sociais*, referenciamos Carolina Maria de Jesus como narrativa fundamental para compreender as escrevivências de mulheres negras catadoras e moradoras das periferias do Brasil. Dividida em subseções, apresenta as jornadas das interlocutoras por meio das cirandas de suas vivências e, no caso de Regina, seus encontros com outras catadoras. Estrutura-se em: *A importância de incluir os catadores e as catadoras como parte do povo brasileiro - Aline*

⁵ Observa-se, junto ao MNCR, que embora o Brasil tenha avançado, em termos legislativos e sociais, nas demandas relacionadas ao tratamento de resíduos sólidos, a efetivação dessas medidas e o trabalho de manejo dos resíduos têm sido marcados por falhas e contradições trabalhistas, atravessadas por dinâmicas de dominação, colonialidade e poder, tanto históricas quanto contemporâneas.

Sousa; Eu sou uma mulher negra e cato reciclagem: uma conversa sobre gênero e trabalho - Mara Lucia Sobral Santos; Alianças e conexões: Eu acredito na catação como um processo pedagógico - Regina Santos; e, por fim, Para Bilionários existirem, os catadores têm que existir - Litz Gouvêa.

2 ENTRE OS ESTILHAÇOS DO CAPITALISMO NAS PERIFERIAS E A CATAÇÃO DE RECICLAGEM

A relação entre o capitalismo e o trabalho com resíduos sólidos revela-se profundamente contraditória (Cavedon; Ferraz, 2006), pois, mesmo com instrumentos legais de garantia de direitos da categoria de catadoras, essas trabalhadoras continuam sendo invisibilizadas e pior remuneradas. A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), por meio da NBR 10.004/87, define resíduos sólidos como “resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição (ABNT, 2004, p. 7).

Atualmente, no Brasil, diferentes questionamentos sobre as relações sociais e climáticas têm se intensificado a partir das discussões sobre reciclagem, entendida como o reaproveitamento dos materiais como matéria-prima para novos produtos (Souza; Fonseca, 2009). Embora praticada historicamente em diversos territórios, a profissão só foi reconhecida e regulamentada oficialmente em 2006, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), marco para a garantia de direitos da categoria.

O trabalho com reciclagem na periferia surge, ao mesmo tempo, como estratégia de sobrevivência para populações que encontram na catação um meio de inserção econômica diante da exclusão estrutural do mercado formal (Dias, 2002); e, simultaneamente, escancara as desigualdades sociais vigentes nesses territórios. As periferias são espaços marcados por desigualdades históricas e estruturais, onde se materializam os efeitos da urbanização excludente no Brasil e em outros países latino-americanos. Para Milton Santos (2002), o espaço geográfico é, concomitantemente, condição e produto das relações sociais, revelando as contradições entre a centralidade econômica e a marginalidade social.

De acordo com a coordenadora estadual do Movimento Negro Unificado (MNU) de São Paulo, Regina Lucia dos Santos⁶, a periferia pode ser compreendida como as “franjas da cidade”. Para ela, as populações que ali vivem foram expulsas das zonas centrais pelas elites capitalistas, e, em contrapartida, transformam esses territórios em espaços de potência cultural e sobrevivência.

Regina Santos explica que essas comunidades desenvolvem tecnologias próprias para gerir e nutrir esses locais. Assim, ela afirma:

⁶ Fala concedida em entrevista realizada em 28 de setembro de 2025, via WhatsApp, para este estudo.

As periferias são as franjas da cidade. Quando a população negra ocupa um determinado espaço, conseqüentemente esse espaço se transforma, pois esses espaços geográficos não dispõem de nada que o tornem um espaço de acesso cidadão. Assim, as lutas na periferia nascem na necessidade do básico. A marginalização desses espaços é criada nas ausências da dignidade humana das populações empobrecidas que, em grande maioria, são negras, quilombolas, ribeirinhas e administradas por mulheres (Regina Santos, entrevista, diário de campo, 2025).

Autores como Harvey (2014, p. 87) destacam que “o capitalismo não pode sobreviver sem crescimento e o crescimento não pode ocorrer sem exploração da natureza e do trabalho”. No caso de mulheres negras catadoras e periféricas, a relação entre capitalismo e reciclagem evidencia que a catação não deve ser vista apenas como prática técnica de gestão ambiental, mas como espaço de construção coletiva.

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo, criado em 2014, é um instrumento estratégico que orienta a gestão dos resíduos sólidos no município. Alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, o PGIRS estabelece diretrizes para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, visando à sustentabilidade e à redução de impactos ambientais. O plano tem como objetivo:

Estabelecer para todos os atores envolvidos com os resíduos sólidos (produtores de mercadorias que geram resíduos nas fases de produção, consumo e pós-consumo, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores) que tenham responsabilidade por seus resíduos sólidos (CISRES, 2014, p. 64).

Tanto o PGIRS quanto a PNRS constituem instrumentos essenciais para a categoria, pois abordam problemáticas como aterros e incineração, frequentemente agravadas pelo manejo inadequado dos resíduos. Em 2014, a Classificação Brasileira de Ocupações reconheceu a categoria de catadores como profissão, fortalecendo sua inserção legal e política na legislação brasileira.

Segundo o MNCR (2014), a inserção de mulheres no trabalho com materiais recicláveis ocorre majoritariamente de forma autônoma, individual ou por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), como cooperativas. Essas organizações reúnem catadoras e catadores que atuam autônoma e coletivamente na triagem, processamento e comercialização de resíduos recicláveis. Além de promover inclusão social e gerar renda, as cooperativas contribuem

significativamente para a redução do volume destinado a aterros sanitários e para a preservação do meio ambiente.

De acordo com dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (Tordin, 2025), o Brasil produz 90 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, e apenas 7,5% são reciclados. Ademais, 15,4% desse montante sequer é coletado, sendo descartado de forma inadequada, o que gera problemas graves à saúde pública e ao meio ambiente. Na cidade de São Paulo, a intensificação da industrialização, do consumo e do crescimento econômico agravou a produção diária de milhões de toneladas de resíduos - como plásticos, orgânicos, vidros e metais. Contudo, os processos de reciclagem têm potencial para diminuir e minimizar esses impactos (Gómez-Correa *et al.*, 2008).

Os processos que envolvem a cadeia da reciclagem são complexos e heterogêneos. Eles incluem: a) separação inicial; b) coleta; c) triagem (realizada por profissionais); d) venda; e e) reprocessamento.

A separação é feita por catadoras e catadores, em conjunto com diferentes colaboradores da sociedade civil, em residências e comércios parceiros - mesmo que muitas vezes misturada com resíduos orgânicos. A coleta, pelo poder público, por catadores, carroceiros ou cooperativas; e a triagem, em cooperativas ou por trabalhadores autônomos - responsáveis por cerca de 80% do material reciclado no país. Nesses espaços, os materiais são separados, tratados, triados, prensados e vendidos às indústrias, que os reprocessam como matéria-prima para novas cadeias produtivas.

Segundo a Recicla Latas (2025), entidade gestora da reciclagem das latas de alumínio - instituída em julho de 2021 -, o Brasil reciclou 97,3% das latinhas comercializadas em 2024 - 33,9 bilhões de unidades, de um total de 34,8 bilhões vendidas ao longo do ano. Apesar do índice histórico, que se mantém com taxas superiores a 96% de reaproveitamento por 16 anos consecutivos, as catadoras seguem sendo precariamente remuneradas.

Esses dados apontam não apenas a eficácia do trabalho da categoria, como também a existência de um sistema de desigualdades imposto a essas trabalhadoras, marcado pelo racismo estrutural. O racismo é um conjunto de práticas discriminatórias baseadas em ideias de raça, manifestadas em estereótipos, discriminações, segregações e preconceitos (Sousa, 2022). Para compreender os desdobramentos dessas desigualdades, é preciso abordar o conceito de racismo ambiental.

O racismo ambiental reconhece a dimensão racial da crise climática (Dutra, 2023) e evidencia que seus impactos têm efeitos desproporcionais na vida de populações racializadas - negros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, caiçaras, periféricos e ciganos. A

discussão se articula à noção de justiça ambiental que, conforme Acselrad, Herculano e Pádua (2004, p. 97), refere-se: “aos princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação dos espaços coletivos”. Essa perspectiva é fundamental para integrar as lutas sociais e ambientais ao protagonismo da categoria de catadoras.

Destaca-se ainda a Secretaria Estadual das Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo, criada em 2014, como iniciativa essencial propagada pelas mulheres catadoras na luta por justiça climática. Voltada à inclusão social, acessibilidade, saúde, econômica circular e políticas específicas para mulheres catadora, a SEMUC-SP surge como resposta coletiva aos mecanismos de precarização da cadeia produtiva da reciclagem. Articulada ao MNCR, a Secretaria atua com foco nas dimensões de gênero, raça e classe que afetam essas trabalhadoras (Motta, 2017). Em ações como o I Congresso Estadual das Mulheres Catadoras, realizado em Ourinhos, em 1º de agosto de 2014, a SEMUC-SP (2014) discutiu temas como racismo, gênero, violência doméstica, sexualidade, saúde e autonomia financeira, promovendo a formação política e a participação ativa das mulheres nas decisões que influenciam seu trabalho e suas vidas. Estabeleceu e semeou, portanto, o protagonismo da categoria nos debates políticos sobre melhoria de vida por meio da realidade das catadoras paulistanas.

3 O QUE NOS DISSE “O QUARTO DE DESPEJO”? ESCRIVIVÊNCIAS E CRÍTICAS SOCIAIS

“Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta”. (Carolina Maria de Jesus, 1960, p. 10)

A catação de reciclagem é uma ação e condição sem escolhas, pois se realiza para garantir a sobrevivência (Cardoso, 2022). Assim, configura-se como uma disposição pré-estabelecida e socialmente construída, sustentada por noções estruturantes de inferiorização que afetam grupos situados nas franjas da sociedade (Santos, 2025)⁷. A cultura social da reciclagem (Cardoso, 2021) pode ser compreendida como um ato solidário que impulsiona práticas de reaproveitamento em diferentes contextos e que resulta na propagação de benefícios econômicos, culturais, sociais e políticos.

Sem data precisa para o surgimento da profissão de catadora, *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* é a primeira obra literária escrita por uma catadora de materiais recicláveis no Brasil, Carolina Maria de Jesus. O livro é composto por 20 diários escritos entre 15 de julho de 1955 e 1º de janeiro de 1960, ano de sua publicação.

Carolina Maria de Jesus (Figura 1) é mulher negra, mãe, nascida em Sacramento (Minas Gerais), catadora de materiais recicláveis e escritora. Nunca se casou e teve 3 filhos - Carlos de Jesus, Vera Eunice de Jesus e João José de Jesus -, que criou sozinha conforme suas possibilidades. Iniciou seus estudos em 1921 no primeiro colégio espírita do Brasil, o Colégio Allan Kardec, onde permaneceu por dois anos. Em 1937 mudou-se para São Paulo, onde trabalhou como vendedora ambulante, camareira de hotel e empregada doméstica.

⁷ Utilizamos o conceito definido por Regina Santos, uma das participantes da pesquisa.

Figura 1 - Carolina Maria de Jesus e seu livro



Fonte: Veja SP (<https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/netas-de-carolina-maria-de-jesus-se-opoem-a-producoes-sobre-a-autora/>).

Ao engravidar de seu primeiro filho, trabalhava como empregada doméstica e precisou deixar o ofício e a casa de sua patroa, passando a residir na favela do Canindé (hoje extinta), às margens do Rio Tietê, e a catar reciclagem para garantir o sustento da família. Apaixonada por literatura, dividia seu tempo entre a catação, o cuidado com os filhos e as escritas autobiográficas. Durante o trabalho, recolhia cadernos e papéis nos quais registrava seu cotidiano, seu modo de vida, suas histórias e percepções.

Esses registros constituem denúncias sociais das desigualdades direcionadas às mulheres negras brasileiras (Carneiro, 2005) e às populações empobrecidas (Torres, 2008), afetadas exclusivamente por serem quem são (Moutinho, 2014). Assim, sua obra é um marco das escritas que, segundo Evaristo (2020), expressam o importante encontro entre escrever e viver enquanto ato político de registrar os fatos vividos cotidianamente.

Ainda em vida, além de seu diário, Carolina publicou *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços da fome* (1963) e *Provérbios* (1965). De forma póstuma, foram lançados *Meu estranho diário* (1996), *Antologia pessoal* (1996) e *Onde está a felicidade?* (2014). A escritora morreu aos 62 anos, em São Paulo, em 13 de fevereiro de 1977, vítima de insuficiência respiratória.

Seus registros e denúncias narram a busca por melhores condições de vida na favela, a realidade socioeconômica do país e a experiência de uma mulher negra, mãe solo, escritora e catadora de reciclagem que morava em uma favela da capital paulista durante o governo de

Juscelino Kubitschek – vivência moldada de maneira singular pelo racismo (hooks, 1981). Em 20 de maio de 1958, a autora escreveu:

Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca. Eu fiz um pouco de macarrão com feijão.

E o meu filho João José disse-me:

– Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi minha palavra falhar. Eu disse:

– É que eu tinha fé no Kubstchek.

– A senhora tinha fé e agora não tem mais?

– Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia (Jesus, 1960, p. 39).

A autora apresentava a favela como o “quarto de despejo” da cidade (Jesus, 1960): um espaço onde são lançados não apenas os resíduos materiais, mas também os corpos que o sistema capitalista considera descartáveis e sobre os quais exerce suas dinâmicas de poder (Foucault, 2004). As ausências criadas e geridas pelo Estado (Weber, 2004) dentro da favela podem ser percebidas nas escritas de Carolina de Jesus como crítica ao sistema capitalista, que reforça o empobrecimento e a marginalização da população favelada. Conforme ela diz:

Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria se revoltar, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores (Jesus, 1960, p. 43).

Ao narrar momentos políticos marcantes, a autora constrói uma crítica social a partir de relatos sobre fome, estratégias de sobrevivência, momentos íntimos, sonhos e ideias sobre um cenário sócio-histórico que a excluía material, simbólica e intelectualmente.

Seu legado nos ensina que a escrevivência é um processo de educação para as relações humanas, reafirmando que esses modos de vida são importantes para a contribuição político-histórica dos territórios periféricos. Ao unir catação e interseccionalidade (Collins, 2000), Carolina contribui de forma pioneira para o debate político feito por mulheres negras no Brasil. Ela é uma referência ancestral que abriu os caminhos para que nós, catadoras negras da periferia, pudéssemos trilhar e esperar por mudanças sociais no país.

3.1 A IMPORTÂNCIA DE INCLUIR OS CATADORES E AS CATADORAS COMO PARTE DO POVO BRASILEIRO - ALINE SOUSA

Aline é mãe de sete filhos, casada, catadora, estudante de Direito pela Universidade de Brasília (UnB), reside atualmente em Brasília, no Distrito Federal, e lidera a Cooperativa Reciclos. Integra a Secretaria Nacional da Mulher e Juventude e ingressou no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em 2013, como articuladora nacional representando os catadores e catadoras do DF.

Figura 2 - Aline Sousa



Fonte: Acervo pessoal, disponibilizado pela interlocutora em 21 abr. 2025.

Antes de trabalhar como catadora, ainda na infância, Aline já vendia doces no sinal, nas ruas de Brasília. Sobre o início de sua jornada como catadora, ela disse: “Eu comecei na reciclagem aos 14 anos, através da minha avó, que catava de carroça, quando chegava da escola, eu subia na carroça para ir trabalhar com ela [...]. Meu pai também catava, já na caminhonetezinha, fazia outros circuitos de coleta”.

A trajetória de Aline é marcada pela herança familiar do ofício: filha e neta de catadoras, ela representa a terceira geração de trabalhadoras ligadas à reciclagem. Ingressou nesse universo ainda na adolescência e, ao longo dos anos, consolidou-se como liderança social no Distrito Federal. Atuou como secretária da Central das Cooperativas de Recicladores do Distrito Federal (CENTCOOP-DF) e, mais recentemente, tornou-se representante na Secretaria Nacional da Mulher e Juventude da Unicatadores.

Entrei em contato com Aline via *WhatsApp*, por áudios, no mês de abril de 2025. Ela rapidamente respondeu; conversamos por alguns dias e, em seguida, a convidei para participar

do corpo de interlocutoras deste estudo. Conheci sua história de vida por meio de uma reportagem publicada pelo site do MNCR sobre o momento da posse⁸.

Na matéria, sua trajetória e presença são destacadas principalmente pela perspectiva histórica de reconhecimento da categoria e sob a ótica sociopolítica de denúncia, uma vez que estão imbricadas na malha de relações de poder e desigualdades estruturais (Foucault, 2004) que atingem os catadores e catadoras – entre elas, a falta de reconhecimento, de remuneração adequada e de valorização. Sobre esse momento, Aline nos conta:

Para mim, foi um momento muito importante pra nossa categoria, [...] um momento de proporcionar visibilidade pro trabalho, pra gente enquanto trabalhadoras, e a importância de incluir os catadores e as catadoras como parte do povo brasileiro, dentro de todo aquele coletivo que subiu a rampa. Então pra mim, ter nos incluído naquele processo, naquele momento, e ter nos escolhido ainda pra fazer parte do momento histórico, colocando a faixa no presidente, pra mim foi um momento de mostrar mesmo o poder, a capacidade que a nossa categoria tem e as entregas que a gente faz no silêncio pra nossa sociedade. As entregas na mitigação das crises climáticas, as entregas na proteção das cidades limpas com a reciclagem dos resíduos, as entregas pra própria cadeia, como um todo, pras indústrias [...].

Ao entregar a faixa presidencial a Luiz Inácio Lula da Silva (Figura 3), Aline não apenas representou os catadores e catadoras organizados em cooperativas, mas também reafirmou o reconhecimento de que esses trabalhadores e trabalhadoras são parte integrante do povo brasileiro, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e para a economia solidária. O gesto, cuidadosamente inscrito na solenidade, simbolizou uma reparação histórica: o deslocamento de sujeitos tradicionalmente marginalizados do “quarto de despejo” da sociedade para o centro do poder político, rompendo com a tradição elitista das cerimônias presidenciais e evidenciando a centralidade do trabalho popular na construção da democracia e da sustentabilidade socioambiental.

⁸ Publicada em 02 jan. 2023. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/noticias/o-povo-tomou-posse-catadora-da-coordenacao-do-mnccr-passou-a-faixa-presidencial-para-lula>.

Figura 3 - Aline Sousa entregando a faixa presidencial a Lula na posse



Fonte: Jornal Estadão (<https://www.estadao.com.br/politica/catadora-que-passou-faixa-para-lula-e-atacada-nas-redes-por-ter-viajado-a-europa-e-se-defende>).

Nesse sentido, sua aparição pública evidencia tanto a importância do protagonismo da categoria no espaço público e político quanto a invisibilidade acometida às catadoras (Gidwani, 2015). Aline acrescenta:

Foi mais que simbólico como falam, foi humano, o ato foi humano. Foi humano comigo, foi humano com a nossa categoria, foi humano com todas aquelas pessoas que estavam ali naquela rampa, com a resistência, inclusive, em proteção dos nossos animais. Então foi isso, foi um mix de sentimentos.

A fala de Aline dialoga com a noção de reconhecimento recíproco analisada por Honneth (2003), que discute as lutas por reivindicação a partir da identidade, que estabelece em sua prática cunho político e importância significativa para as relações sociais. A entrega da faixa presidencial por Aline, portanto, foi mais do que um ato protocolar: foi uma ação simbólica de reparação e reconstrução da imagem social da identidade catadora.

Em um momento da conversa, Aline revela suas aspirações quanto à formação superior, não só como forma de mobilidade social, mas também para qualificar sua inserção no MNCR, buscando enfrentar a invisibilidade social que circunscreve a atividade profissional e política das catadoras no Brasil. Ela afirma que uma formação acadêmica seria ferramenta estratégica de atuação como presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Distrito Federal (Sintracoop).

A despeito de não ter um diploma acadêmico, Aline supera barreiras de gênero no sindicato. Relata ter sido pioneira ao presidir a organização, sendo reeleita três anos seguidos

pela maioria da instituição, composta majoritariamente por homens. Assim, edifica um legado de mulheres catadoras em posição de protagonismo e destaque na luta por direitos. Após seus três mandatos, outra mulher catadora foi eleita presidenta do sindicato, dando continuidade aos avanços dos direitos das e dos catadores em Brasília.

Fui presidente da Sintracoop, eu fui três mandatos presidente da Sintracoop, desde 2015 eu estava lá como presidente e sempre reeleita pela maioria, que eram mulheres, um fato que foi revolucionário, porque a Sintracoop era presidida por homens e já tinha uma certa rotina de eleições masculinas, e aí quando eu venho as cooperativas também passaram a ser presididas por mulheres, porque elas começaram a ocupar esses espaços e se sentiram acolhidas também pela minha pessoa ali na presença da Sintracoop, então isso foi muito bom, até hoje tem esse perfil, e hoje a Sintracoop continua sendo presidida por uma mulher, na eleição agora eu saí, e a Lúcia, que é uma catadora originária do Lixão, mas que trabalhou muitos anos na cidade estrutural, ela foi eleita presidente da Sintracoop, então é uma herança das melhores que a gente pode deixar nesse histórico de luta da Sintracoop.

As mulheres negras compõem uma categoria social que revela as contradições estruturais do Brasil, onde desigualdade racial e de gênero se entrelaçam às condições de trabalho e às experiências nos diferentes contextos periféricos (Carneiro, 2005; Davis, 2016). Segundo Gonzalez (2018, p. 73), a discriminação direcionada às mulheres negras naturaliza um lugar de subalternização na população ativa, influenciando diretamente as funções que lhes são relegadas. No caso das catadoras, como Aline relata, não há valorização social do trabalho desempenhado na cadeia de produção, e a própria ideia de “pessoa” torna-se invisível, embora exerçam uma atividade fundamental – a catação de reciclagem – para o meio ambiente e para a qualidade de vida da sociedade.

Na contramão desse processo, Aline defende que a visibilidade aos catadores deve ocorrer por meio de uma conscientização mais ampla da sociedade sobre a produção do que popularmente se conhece como “lixo”. Sua narrativa aponta como o protagonismo das catadoras negras da periferia rompe com as barreiras invisíveis impostas socialmente e ampliadas pelos desdobramentos do racismo sistêmico brasileiro. Aline nos ensina que a catação é um processo de emancipação coletiva.

3.2 EU SOU UMA MULHER NEGRA E CATO RECICLAGEM: UMA CONVERSA SOBRE GÊNERO E TRABALHO – MARA LÚCIA SOBRAL SANTOS

Mara Lúcia é mãe de 22 filhos⁹, catadora, quilombola, lésbica, ativista ambiental e técnica de logística reversa pela NaturaCO. Nasceu em 20 de fevereiro de 1962, na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, na comunidade do Vale das Pedrinhas, mas ela e suas irmãs só tiveram suas certidões de nascimento emitidas dez anos depois, em 1972, por falta de recursos, já que, naquela época, a emissão do documento era paga e sua família não dispunha dessa renda.

Sua infância foi dividida entre Vitória da Conquista e São Paulo, devido à violência doméstica praticada por seus tios contra sua mãe, Maria Conceição. Após o falecimento dela, Mara passou a morar com sua irmã Andrea e seu marido Jair. Saiu da casa da irmã no mesmo ano e tornou-se uma pessoa em situação de rua.

Figura 4 – Mara Lucia Sobral Santos



Fonte: acervo pessoal, disponibilizado pela interlocutora em 18 set. 2024.

Na adolescência, Mara teve seus filhos mais velhos, Everton e Laissa, de pais diferentes, mas ambos criados por ela nos primeiros anos em situação de rua. A interlocutora destaca que viveu nove anos nas ruas e, posteriormente, aproximou-se das lutas por moradia por meio das ocupações. Morou em Parelheiros e, mais tarde, na Vila Rubi.

⁹ Dentre os quais eu faço parte: sou a décima nona filha de Mara e nasci enquanto ela morava na ocupação da Vila Rubi, no Grajaú, em dezembro de 1999.

Figura 5 – Mara, alguns de seus filhos e aliados políticos



Fonte: Joelma Couto, disponibilizada pela interlocutora em 8 out. 2025.

Desde a infância, Mara trabalhava com reciclagem e já estava acostumada a catar de tudo: comida, roupa, móveis, utensílios de cozinha e de higiene. Conforme seus filhos cresciam, passaram a ajudá-la na catação. Em uma das trocas com a interlocutora, Mara nos conta:

Eu sempre tive noção que as coisas que aconteciam comigo eram porque eu sou uma mulher negra e cato reciclagem, eu sinto a diferença em como as pessoas olham pra mim [...]. Eu sigo trabalhando, não tenho vergonha de ser negra, nem de catar. Sozinha eu garanto o sustento de todos meus filhos e eu tenho 22, tudo da reciclagem, eu tenho orgulho [...].¹⁰

A interlocutora narra sua percepção identitária, evidenciando que os processos de marginalização decorrem de sua identidade racial e de sua profissão. Demonstra que a catação é sua forma de renda, seu lugar de ressignificação e uma estratégia de sobrevivência. Em conversa sobre a noção de lixo, Mara explica: “Eu não sou catadora de lixo, eu cato material reciclável. Tem diferença, porque o lixo não tem mais utilidade, já o material tem muito valor [...]. O que é lixo para uns é riqueza para outros”.

Contrapondo a associação de sua identidade e agência à ideia de “lixo”, e partindo da compreensão econômica de que aquele material que não tem mais utilidade para alguns possui valor para outros, a interlocutora problematiza os estigmas sociais que ligam o “lixo” à pessoa catadora. Em encontro realizado no dia 14 de março de 2025, via videochamada no *WhatsApp*, ela relatou:

¹⁰ Todas as falas de Mara, participante da pesquisa, foram extraídas da entrevista concedida para este estudo.

Eu sempre trabalhei catando, faz parte de mim, todos a meus filhos trabalham com reciclagem, tem uns três que estudam, mas o restante é tudo catador, nossa família se ergueu da extrema pobreza com a reciclagem, eu construí minha casa graças a cooperativa, catar é minha fonte de renda mas também faz parte da minha identidade, da minha luta contra as opressões da vida, da minha cultura, é a minha história.

No livro *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*, hooks (2013) defende o direito das mulheres negras de viverem suas culturas, histórias e lutas de forma digna, com suas experiências reconhecidas como parte da luta contra o racismo. Ela enfatiza: “As mulheres negras sempre foram, e continuam a ser, fundamentais na luta contra a opressão, embora a sociedade frequentemente ignore ou subestime seu impacto e sua importância” (hooks, 2013, p. 78).

Essa afirmação destaca que, embora a presença das mulheres negras seja frequentemente desconsiderada, elas são as protagonistas nas lutas contra as opressões e na construção de alternativas econômicas e sociais que desafiam as estruturas de poder dominantes. Subvertem negligências, enfrentam ausências e reescrevem cotidianamente as possibilidades de resistência. Sobre suas vivências com a catação na periferia, Mara ressalta:

Eu acredito que as movimentações feitas pelas mulheres negras da periferia são sempre ações coletivas para emancipação de todas nós [...] quem vem da periferia está acostumado a ser deixado de lado, mas a gente dá jeito, cata aqui, estuda com os livros que acha, cata pra poder transformar a realidade [...] quando eu tô catando, eu não tô só limpando as ruas, eu tô cuidando do planeta todo, catar é um trabalho mas também ensina sobre política, economia, organização, camaradagem na luta, reciclagem é o maior ato revolucionário que eu já fiz.

A movimentação coletiva de mulheres periféricas impulsiona transformações da vida em meio à desigualdade social. A interlocutora afirma que o papel desempenhado na catação não se limita à limpeza dos centros urbanos, mas também integra caminhos de mitigação e manutenção do equilíbrio ambiental do planeta.

O ato revolucionário da reciclagem é entendido por Mara como uma ação efetiva de emancipação, contrapondo-se à internalização do individualismo neoliberal ascendente. Como pesquisadora, ela me ensina todos os dias que suas estratégias se exercem por meio da catação e que, a partir de nossa conexão umbilical, transmite sabedorias ancestrais, explicando que as possibilidades de uma vida melhor se dão pelo estudo e pelas ações coletivas.

Ao longo de sua jornada, Mara recorreu a diferentes movimentos sociais de São Paulo. Destacamos aqui sua aliança política com o MNCR-SP, articulada através da militante e educadora popular Regina Lúcia dos Santos. Essa estratégia compõe uma ação política e

pedagógica de emancipação de extrema importância para a ampliação de suas lutas por acesso a direitos.

3.3 ALIANÇAS E CONEXÕES: EU ACREDITO NA CATAÇÃO COMO UM PROCESSO PEDAGÓGICO - REGINA LÚCIA DOS SANTOS

Regina tem 70 anos, nasceu em Fortaleza, é mãe, geógrafa de formação e atualmente mora em Santana de Parnaíba. Mantém uma união estável com seu companheiro há 29 anos, é coordenadora estadual do Movimento Negro Unificado (MNU) desde 1996 e atua como educadora popular na área da educação para as relações étnico-raciais.

É importante destacar que a narrativa de Regina se faz necessária neste estudo para compreendermos as articulações pedagógicas e alianças políticas das categorias de mulheres catadoras que, dentro de seus espaços de trabalho, dialogam com movimentos nacionais presentes nos territórios. As trocas com ela se basearam nas perguntas pré-estabelecidas, mas foram ancoradas em suas vivências com os núcleos de catadoras e em sua relação com esses coletivos.

O MNU foi criado no período da ditadura militar brasileira, em 1978 (Domingues, 2007), e seus pilares são: o combate ao genocídio da população negra; a luta contra a invisibilidade da população negra aos meios de comunicação; a defesa do ensino da história da África nas escolas; e o enfrentamento à tríplice exploração da mulher negra, acometida por violências por ser mulher, negra e pobre (Gonzalez, 1982). O Movimento Negro configura-se como a organização da luta dos negros na perspectiva de enfrentar seus problemas na sociedade abrangente, especialmente aqueles provenientes dos preconceitos e discriminações raciais que a marginalizam no mercado de trabalho, na educação e nos âmbitos político, social e cultural (Pahim, 1993).

Figura 6 - Regina Santos

Fonte: Leonardo Rodrigues, disponibilizada pela interlocutora em 2 out. 2025.

Regina estabelece seu primeiro contato com as catadoras em 2009, quando Mara procura o MNU em busca de apoio político para a articulação de reconstrução do espaço de trabalho da Cooperativa Granja Julieta, que, no dia 09 de dezembro de 2009, pegou fogo¹¹, ocasionando a paralisação das atividades e impossibilitando o trabalho de 80 catadores.

Regina inicia então processos de articulação sociopolítica, formações coletivas e rodas de conversa que abordam diferentes temáticas, como direitos, acessibilidade, autocuidado e cidadania. Ela afirma: “Iniciei as ações sempre nos trabalhos coletivos, rodas de conversa e na abordagem de assuntos que variam entre a compreensão da política e da conjuntura de acesso, direitos, autocuidado e também conforme as demandas do coletivo”.

A educação popular é um modo de presença participante de uma educadora ou educador comprometido com pessoas e comunidades populares, que se realiza em situações onde, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais, acontecem trocas de experiências (Brandão, 2006), informações, formações e ações em que vivências do saber criam a experiência do poder compartilhado.

¹¹ Para conhecer mais o caso, confira a reportagem a seguir:
<https://www.youtube.com/watch?v=hiz9CWTyMX0>.

Figura 7 – Mara e Regina em uma das formações feitas na Cooperativa Granja Julieta, na Zona Sul de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal da interlocutora Mara, disponibilizada em 2 nov. 2025.

Neste estudo, a noção de periferia é construída pela interlocutora a partir da compreensão geográfica dos espaços periféricos no contexto urbano. Durante a entrevista realizada em 2 de outubro de 2025, em um dos diálogos com Regina, questionei-lhe: “Você acredita que a catação que é feita nas periferias educa?”. E ela prontamente respondeu:

Nós construímos tecnologias que levam dignidade aos territórios periféricos. As mulheres negras catadoras são uma parte importante da pulsação da construção da cidadania nos territórios periféricos. Eu acredito que catar reciclagem educa [...] para além do sustento, pois esse processo faz com que os envolvidos articulem diferentes ideias sobre economia, consumo, meio ambiente, então eu acredito na catação como um processo pedagógico¹².

Enquanto militante histórica do MNU, que atuou politicamente ao lado do movimento de mulheres negras e de catadoras, Regina reflete sobre a criatividade em torno da sobrevivência da população negra como expansão do espaço urbano, conferindo visibilidade a esses territórios periféricos que levam dignidade na ampliação da cidadania das camadas populares.

Os grandes centros urbanos, como a Grande São Paulo, necessitam de catadoras e catadores como agentes fundamentais na coleta das toneladas de materiais produzidos diariamente. As trajetórias dessas mulheres, ainda que marcadas pela exploração da mão de obra e pela opressão das classes dominantes, caminham em direção à efetivação de direitos.

¹² Todas as falas de Regina, participante da pesquisa, foram extraídas da entrevista concedida para este estudo.

O encontro dessas interlocutoras representa o que Nego Bispo (Santos, 2023, p. 27) define como *confluência de saberes*, construída a partir do compartilhamento de recursos e conhecimentos. Ele explica que somos compartilhantes de tudo o que a terra dá e que tudo o que ela deseja é ser respeitada e mantida. Essa ação é entendida aqui como as conexões, alianças e estratégias educacionais coletivas desenvolvidas por catadoras e educadoras negras de São Paulo. Esse grupo é historicamente marginalizado, porém resiliente, pois subverte sua localização na sociedade brasileira através da luta política por seus direitos e pela ampliação da aprendizagem¹³.

3.4 PARA BILIONÁRIOS EXISTIREM, OS CATADORES TÊM QUE EXISTIR - LITZ GOUVÊA

Litz Gouvêa tem 31 anos e mora no Jardim Santa Margarida, na zona sul de São Paulo. É catadora autônoma desde os 15 anos e trabalha com sua família na comunidade, coletando reciclagem diariamente. É também assumidamente anarquista, vegana, ativista climática, estudante e produtora de conteúdo digital. Integra o coletivo Clima Ácido e da Anarktrail, organizações sem fins lucrativos que atuam no levantamento de dados e denúncias sobre clima, impactos ambientais, racismo ambiental, acessibilidade, direitos civis e meio ambiente, formuladas por ativistas climáticos de diferentes territórios e origens da América Latina.

Conheci a história de Litz pelas redes sociais. Ela produz conteúdo para o *Instagram* sobre catação, tratamento de resíduos sólidos, consciência ambiental e os desdobramentos entre raça, economia e sustentabilidade. Esse encontro se deu virtualmente, a partir de interações e do convite feito oficialmente em março de 2025, via *Instagram*.

¹³ Foi por meio dos encontros com Regina que tive acesso à bolsa de estudos da União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), um movimento popular de cursinhos pré-vestibulares que atua em defesa de uma educação descolonial, diversa e comprometida com a igualdade de oportunidades e a justiça racial. A UNEAFRO atende jovens e adultos oriundos de escolas públicas e, graças a essa bolsa, pude me formar no ensino médio e ingressar na universidade.

Figura 8 - Litz Gouvêa

Fonte: Acervo pessoal, disponibilizada pela interlocutora em 22 abr. 2025.

A partir do convite, trocamos contatos e iniciamos conversas pelo *WhatsApp*. Atuando na coleta e separação de resíduos desde a adolescência, sobre seu ingresso na categoria Litz disse:

Eu comecei a trabalhar como catadora aos 15, 16 anos de idade. Como todo catador, eu comecei por necessidade, mas eu já havia estudado algumas coisas sobre reciclagem [...]. Eu era adolescente e minha mãe sempre teve muitos problemas de saúde [...]. Então, quando essa questão dos problemas de saúde dela, foi se agravando, eu fui pesquisar sobre a vida dos catadores, eu descobri o Movimento Nacional dos Catadores; Até hoje minha mãe tá na luta para se aposentar, pois são várias doenças crônicas, infelizmente também psicológicas. E a gente sabe que quando não tratadas corretamente, elas se agravam. E aí eu falei para o meu pai, eu já estava com 15 anos, já dava para começar a trabalhar.¹⁴

Em seu relato, identificamos o contexto social no qual a interlocutora está inserida e os desafios enfrentados desde a adolescência. A catação surge como elemento essencial de sobrevivência diante das dificuldades econômicas (Costin, 2020). Também podemos observar como a profissão é passada entre gerações dentro de uma mesma família.

Para Pierre Bourdieu (1989), a reprodução de profissões de pais para filhos deve ser compreendida a partir do conceito de *habitus*, que ele define como um conjunto de disposições socialmente incorporadas, transmitidas pela família e pelo grupo social, que orientam práticas, percepções e escolhas. O *habitus*, aqui - como na narrativa de Aline Sousa - opera como uma memória social inscrita nos corpos e nas experiências das catadoras, de

¹⁴ Todas as falas de Litz, participante da pesquisa, foram extraídas da entrevista concedida para este estudo.

modo que profissões, ofícios e modos de vida tendem a ser perpetuados não apenas por necessidade econômica, mas também pela naturalização de determinadas trajetórias possíveis dentro de um contexto social.

Sobre suas vivências como catadora de reciclagem, Litz afirmou:

Eu vejo que é uma profissão, não só, o pessoal costuma falar, a profissão do futuro, mas ela é uma profissão que precisa ser protegida, justamente porque, no momento que as pessoas precisam, elas podem recorrer à profissão dos catadores. Infelizmente, a gente sabe que, dentro do nosso sistema, existe a manutenção da miséria [...]. Então, para bilionários existirem, catadores precisam existir. E é por isso que é tão dificultada a questão das leis. Tem política pública, tem lei, mas a base, a gente que está na rua, nas cooperativas, percebe o quão burocrático, quão difícil, quão dificultado é para chegar melhoria nos espaços...A política nacional dos resíduos sólidos, esse ano, completa 15 anos. E nela está implícito que a coleta seletiva, a gestão de resíduos, por parte dos municípios, ela deixou de ser voluntária para ser obrigatória. Quinze anos depois, eu recebo várias mensagens lá no meu Instagram, que tem pessoas que percebem que não existe coleta seletiva em seus bairros.

Ao afirmar que se trata de uma profissão que “precisa ser protegida”, Litz tensiona o discurso que classifica a catação como “profissão do futuro”, vinculando a falta de visibilidade da categoria ao sistema vigente de manutenção da miséria. Seu argumento dialoga com a crítica de Bourdieu (1989) sobre a reprodução das estruturas sociais, ao evidenciar que a miséria não é acidental, mas funcional ao sistema capitalista, no qual a existência de bilionários depende da existência de trabalhadores precarizados, como os catadores.

Além disso, Litz denuncia a distância entre formulação e efetivação de políticas públicas, mostrando como a PNRS, mesmo após 15 anos, ainda encontra barreiras burocráticas que dificultam sua aplicação na base, onde atuam as cooperativas e catadoras individuais. Sua fala explicita o descompasso entre reconhecimento legal da profissão e valorização material, revelando o que Santos (2007) denomina *pensamento abissal*: a existência de sujeitos e saberes reconhecidos em teoria, mas invisibilizados na prática. Litz acrescenta: “Gostaria de dizer que eu também estudo, continuo estudando para melhorar não só a minha condição de vida, mas da coletividade como um todo. Mesmo nas questões ambientais, a reciclagem é uma parte importante, mas ela não é a única parte”.

Deste modo, sua análise inscreve a catação não apenas como atividade de sobrevivência, mas como um campo de disputa política em torno da justiça ambiental, da dignidade do trabalho e da efetividade de direitos.

3.4.1 Reciclando para as redes

Litz produz conteúdo para as redes sociais desde 2021. Sua conta, @barbielixeira, tem 33.700 mil seguidores. Ela registra suas experiências cotidianas de enfrentamento à crise climática, seu dia a dia, suas coletas, achados, reflexões, perspectivas, modo de vida e sua luta pelo meio ambiente no contexto urbano e periférico. As temáticas abordadas ultrapassam o campo ambiental ao articular debates sobre desigualdade social, veganismo, estética, gênero, insegurança alimentar em contextos marginalizados e racismo, situando a luta socioambiental dentro de uma perspectiva de justiça social através das plataformas digitais.

Figura 10 – Perfil de Litz no *Instagram* @barbielixeira



Fonte: Retirada do *Instagram* @barbielixeira, com autorização da interlocutora, em 16 de out. 2025.

A presença da interlocutora nessa plataforma desafia o monopólio simbólico da comunicação global e a subordinação algorítmica das Big Techs (grandes empresas de tecnologias), apontadas pelo Núcleo de Tecnologia dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto (NT-MTST) como estratégia que reforça disputas por narrativas, pelo direito ao acesso às plataformas digitais e à cidadania (Harvey, 2014). Litz combina sua presença nas redes sociais e o ofício da catação em uma forma de ativismo cibernético (NT-MTST, 2025) voltado para justiça social e climática diante do poder do colonialismo digital (Faustino; Lippold, 2023). Entendido como dinâmica do capitalismo tardio, opera e se alicerça na exploração econômica e tecnológica estabelecida pelas plataformas digitais de comunicação e pelos sistemas algorítmicos de empresas lideradas por bilionários como Mark Zuckerberg (*Instagram*, *Facebook*, *WhatsApp*) e Elon Musk (*X*, antigo *Twitter*), arquitetos de novas formas de dominação: as redes sociais.

A interlocutora reivindica as plataformas digitais como espaço de construção política periférica, para construção de estratégias de sobrevivência coletiva que articula ativismo digital, modos de vida e lutas da classe trabalhadora nos espaços tecnológicos.

Figura 11 – “Reciclando para as redes: @barbielixeira”



Fonte: Retirada do *Instagram* @barbielixeira, com autorização da interlocutora, em 16 de out. 2025.

Por meio de vídeos, relatos e reflexões, Litz transforma sua experiência cotidiana como catadora em ferramenta pedagógica e política, aproximando o debate climático de uma linguagem acessível e conectada às realidades urbanas periféricas. Sua atuação não se limita à conscientização sobre reciclagem, mas integra um discurso mais amplo que relaciona consumo, descarte e desigualdade social às emergências ambientais globais.

Patrícia McFadden (2020), em *Perspectivas feministas africanas de pós-colonialidade*, destaca a necessidade de pensar novas articulações sociopolíticas para prospectar futuros para as mulheres negras. Ela afirma: “Precisamos imaginar e construir novas ferramentas para pensar a continuidade; novos imaginários que nos permitirão levar adiante nossas agendas políticas de transformação social e humana” (McFadden, 2020, p. 303).

Ao unir prática de catação e comunicação digital, Litz se destaca como voz contemporânea que reivindica reconhecimento para as catadoras, demonstrando que a preservação ambiental não se dissocia da valorização humana e do combate às opressões estruturais. Sua presença nas redes sociais e seu trabalho com reciclagem reafirmam que a sustentabilidade não se constrói apenas com políticas públicas, mas também com narrativas que emergem das margens, capazes de mobilizar consciências e inspirar mudanças cotidianas.

Figura 12 – “Reciclando para as redes: @barbielixeira”



Fonte: Retirada do *Instagram* @barbielixeira, com autorização da interlocutora, em 16 de out. 2025.

Nesse sentido, sua atuação digital se coloca como contraponto à hegemonia dos discursos climáticos negacionistas de segmentos hegemônicos da sociedade, ao inserir a perspectiva de quem vive diretamente os impactos da precarização ambiental e do descaso com a gestão dos resíduos. Ao transformar essa experiência em conteúdo digital, ela demonstra que a luta contra as mudanças climáticas não pode ser dissociada da justiça social e do reconhecimento do trabalho das catadoras.

Seu ativismo climático exemplifica o que Santos (2007) descreve como *ecologia de saberes*, isto é, o diálogo entre diferentes formas de conhecimento que se complementam na busca por alternativas sustentáveis e democráticas. A importância do conteúdo de Litz reside em articular práticas locais de reciclagem com agendas globais de sustentabilidade, inscrevendo o trabalho invisibilizado das catadoras no centro do debate climático e contrapondo as lógicas de precarização do colonialismo digital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo e das entrevistas realizadas, foi possível identificar diferentes conexões entre as trajetórias das interlocutoras, ancoradas nas categorias de raça, gênero e classe social. As mulheres negras catadoras e moradoras das periferias da Grande São Paulo vivenciam ausências, estigmas e preconceitos específicos: primeiro por serem mulheres negras; depois por atuarem como catadoras; e, por fim, por habitarem territórios periféricos historicamente negligenciados pelo Estado. Apesar dessas múltiplas camadas de desigualdade, essas mulheres produzem e transmitem saberes ecológicos, sociais e comunitários, a partir do trabalho com a reciclagem realizado em seus territórios.

As catadoras e catadores - por meio da coleta, separação e redirecionamento dos materiais - consolidam e propagam movimentações de logística reversa no país, ampliando a vida útil de objetos descartados e mitigando impactos ambientais. São mulheres líderes e matriarcas dos projetos e ações desenvolvidas em suas periferias, gerando renda, produzindo tecnologias de sobrevivência e estratégias de luta a partir do cuidado com o meio ambiente.

Embora a reciclagem não seja a solução integral da crise climática, ela constitui um caminho que pode ser expandido, valorizado e replicado, a partir das cadeias de reciclagem que proporcionam avanço para o país no tratamento de resíduos. Apesar disso, observamos que o Brasil segue falhando em superar as hierarquias estruturais herdadas da colonialidade, que continuam a moldar política, economia e relações sociais.

Por essa razão, as narrativas e realidades de quem trabalha com reciclagem não podem ser reduzidas ao imaginário social da “catadora de lixo”. Essa categoria é composta por agentes que possibilitam fluxos reversos aos impactos ambientais, pois são as receptoras e transformadoras dessas matérias – consideradas “lixo” -, sendo fundamentais para seu tratamento. Trata-se de um trabalho que produz uma consciência ambiental construída nas franjas da sociedade, uma consciência que compreende a separação correta de resíduos não como ato individual, de organização doméstica, mas como responsabilidade coletiva, social e ecológica. Ela também reconhece que catadoras não coletam “lixo”, mas materiais recicláveis que, sem elas, permaneceriam acumulados nas ruas, aterros e territórios. Sem essa categoria, a cidade de São Paulo estaria soterrada em montanhas de resíduos, com sérias consequências para a saúde pública, para o meio ambiente e para o território.

Valorizar essa categoria implica reconhecer suas subjetividades, suas experiências de resistência diante da marginalização e sua atuação como agentes de reinserção e restauração social. Esse reconhecimento pode constituir um dos caminhos mais potentes para enfrentar os

impactos socioambientais e ampliar alternativas para a emancipação coletiva no Brasil.

Neste estudo, buscamos registrar e analisar as vivências dessas mulheres, suas potências, alianças políticas e os caminhos trilhados para reivindicar dignidade e direitos, apesar – e para além – dos estilhaços coloniais que atravessam suas vidas. Esperamos contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a realidade das mulheres negras catadoras, mas também apontar caminhos possíveis para a promoção e fortalecimento de direitos e da equidade ambiental nas periferias, especialmente no Sul Global.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10004/2004**: resíduos sólidos. Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BAQUERO, M. CREMONENSE. D. **Capital social**: Teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2006.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental**: Conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARRETO, R. C. S. **Políticas públicas e o desenvolvimento rural sustentável no Estado do Ceará**: um estudo de caso. 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318).

CARDOSO, A. **A cultura social da reciclagem, saberes e conexões**: luta contra a exclusão social. Porto Alegre: Lutas Anticapital, 2021.

CARDOSO, A. **O eu catador**: reciclando humanidades. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**: dialética da exclusão, o negro e a mulher na sociedade brasileira. 2005. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. Tricotando as redes de solidariedade: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. **Organizações & sociedade**, v. 13, n. 39, p. 93-111, 2006.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

COMITÊ INTERSECRETARIAL PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CISRES). **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Serviços, 2014. Disponível em: <https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2025.

COSTIN, C. Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo. **Estudos Avançados**, São Paulo-SP, v. 34, n. 100, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo:

Boitempo, 2016.

DIAS, S. M. **Construindo a cidadania:** avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2025.

DUTRA, A. Racismo Ambiental: Justiça climática é justiça racial. **Revista Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil**, São Paulo, 2023.

EVARISTO, C. A Escrivivência e seus subtextos. *In:* DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrivivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital:** por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GAMA, Fabiane. **Etnografias, auto-representação, discursos e imagens:** Somando representações. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GIDWANI, V. Waste/ecologies. *In:* PERREAULT, T.; BRIDGE, G.; McCARTHY, J. (org.). **The Routledge handbook of political ecology.** London: Routledge, 2015.

GÓMEZ-CORREA, J. A. *et. al.* Condiciones sociales y de salud de los recicladores de Medellín. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 10, n. 5, p. 706-715, 2008.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. *In:* LUZ, M. T. (org.). **O lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras.** Rio de Janeiro: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In:* SILVA, L. A. M. (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos.** Brasília: ANPOCS, 1984. p. 223-242.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes:** Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HONNETH, A. **Lutas por reconhecimento:** A gramática moral dos conflitos sociais. 34. ed. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2003.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Ain't I a woman?** Black women and feminism. Boston: South End Press, 1981.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1960.

LEITÃO, D. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, n. 42, 2018.

MCFADDEN, P. Perspectivas feministas africanas de pós-colonialidade. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 4, abr. 2020. Tradução de Paulo Ricardo Müller e revisão de Maria Andrea dos Santos Soares.

MOTTA, D. C. **Desvendando o nó**: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo. Orientadora: Angela Maria Carneiro Araujo. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 42, p. 201-248, jan./jun. 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis. **MNCR**, *online*, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://www.mnrcr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 12 maio 2025.

NT-MTST. **O MTST e a luta pela soberania digital a partir dos movimentos sociais**. 2025.

PAHIM, R. P. P. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RECICLA LATAS. Em ano de COP30, Brasil reforça sustentabilidade ao reciclar 97,3% das latas de alumínio. **Recicla Latas**, *online*, 21 ago. 2025. Disponível em: <https://reciclalatas.com.br/em-ano-de-cop30-brasil-reforca-sustentabilidade-ao-reciclar-973-das-latas-de-aluminio>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SANTOS, A. B. dos. **A terra dá a terra quer**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos estudos**, v. 79, nov. 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12.

ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SECRETARIA DE MULHERES CATADORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEMUC-SP). **Cartilha do I Congresso de Mulheres Catadoras do Estado de São Paulo**. Ourinhos-SP: SEMUC, 2014. Disponível em: <http://www.semucsp.com.br/wp-content/uploads/2014/11/resolucao.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SMITH, M. P. **Transnational Urbanism: Locating Globalisation**. Oxford: Blackwell, 2001.

SOUSA, J. A. de. **Racismo estrutural no Brasil: A luta por uma sensibilidade do mundo decolonial**. 20 p. Orientador: Josenildo Campos Brussio. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo/MA, 2022.

SOUZA, S. F. de; FONSECA, S. U. L. da. Logística reversa: Oportunidades para redução de custos em decorrência da evolução do fator ecológico. **Revista Terceiro Setor**, v. 3, n. 1, 2009.

TORDIN, C. Coleta deficiente e baixa reciclagem ainda são desafios para gestão do lixo no Brasil. **EMBRAPA**, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/98943487/coleta-deficiente-e-baixa-reciclagem-ainda-sao-desafios-para-gestao-do-lixo-no-brasil>. Acesso em: 10 ago. 2025.

TORRES, H. R. **As organizações dos catadores de material reciclável: inclusão e sustentabilidade**. O caso da associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável, ASMARE, em Belo Horizonte, MG. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WEBER, F. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEBER, M. **A política como vocação**. Tradução de Maria C. B. Albuquerque e A. M. Wehrli. São Paulo: Cultrix, 2004.